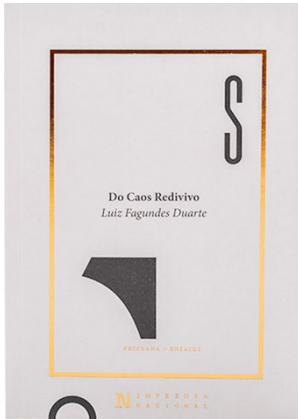


Ecdótica e edição pessoana

Diego Giménez*

DUARTE, Luiz Fagundes (2018). *Do Caos Redivivo, Ensaio de Crítica Textual sobre Fernando Pessoa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 222 pp. Coleção Pessoaana. [ISBN: 978-972-27-2656-6].



Do Caos Redivivo, Ensaio de Crítica Textual sobre Fernando Pessoa, do crítico e editor Luiz Fagundes Duarte, reúne, estruturado em dezesseis capítulos segmentados em três partes (O Contexto, Crítica Textual e Fernando Pessoa, e Relíquia), um prólogo e um epílogo, as publicações científicas, focadas na obra de Fernando Pessoa, ao longo de trinta anos de trabalho como crítico textual do autor. Trata-se, como o próprio investigador escreve, de “um livro de descoberta e de relatos de processos sobre assuntos e problemas de filologia e de crítica textual aplicados aos manuscritos de Fernando Pessoa” (p. 8).

Dentro da primeira parte, O Contexto, o artigo “Os Palácios da Memória” serve quer como ponto de partida da compilação, quer como justificação da posição do investigador perante os acervos culturais. No texto, o autor defende a necessidade de preservar as bibliotecas e os arquivos, “porque o património cultural, mais do que passado para o qual se olha como se se olhasse para trás, é uma garantia de futuro” (p. 22). A partir desse princípio, Fagundes Duarte oferece uma série de textos nos quais aborda sua tarefa como filólogo, crítico genético e editor da obra de Fernando Pessoa, e dos quais se destacam aqueles referidos aos *35 Sonnets* e à obra de Ricardo Reis. Neste sentido, são problematizados desde o início todos os aspetos relacionados com a ecdótica: como trabalhar o manuscrito enquanto objeto de estudo? (p. 25); como enfrentar a profusa virtualidade da obra pessoana? (p. 39); “como decidir, no caso das lições variantes de autor, quais de entre elas correspondem à última vontade deste, e, nos casos em que há lições variantes decorrentes do processo de transmissão do texto fora da área do autor, quais delas são autênticas (ou seja, da responsabilidade do autor) e quais são inautênticas (introduzidas por outrem)?” (p. 69). Esses interrogantes, assim como muitos outros relacionados com a crítica textual e a edição nas particularidades da obra pessoana, são respondidos por Fagundes Duarte mediante a especificação do marco teórico e metodológico utilizado ao longo dos anos de trabalho com os documentos autorais. Assim, por exemplo, no texto “An exile’s yearnings ou o que queria dizer Fernando

* Universidade de Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa; bolseiro FCT-POCH.

Pessoa” (p. 81), o autor levanta alguns problemas críticos relacionados com a edição de obras inacabadas e se pergunta como respeitar a vontade do autor perante variáveis textuais, emendas não resolvidas pelo autor, etc. Para Fagundes Duarte, essas situações são resolvidas pela subjetividade do editor segundo o seu próprio marco teórico e metodológico, que, no caso do investigador em questão, procura “um método que permita ao primeiro [editor] perceber qual é a gramática estilística do segundo [autor], e, de acordo com ela, tomar uma decisão que, sendo embora falível, não seja arbitrária” (p. 82). O método, neste caso, parte da definição de Kristeva de genotexto e fenotexto. A partir desse marco, Fagundes Duarte explicita as fases de composição do discurso estilístico do autor, presentes nas diferentes marcas de manipulação autógrafa nos manuscritos cronologicamente datáveis, e oferece um exemplo de edição crítica genética que ilustra e dá resposta aos problemas levantados.

Destaca-se outro debate no que diz respeito à publicação ou não de obras inéditas, questão recorrente, que se intui sem fim, na edição de textos pessoanos. O que se pode entender por “vontade expressa” do autor? Neste ponto, Fagundes Duarte, no texto “Prática de edição: onde está o autor? (Eça e Pessoa)”, recorre a uma citação de Eugénio Castro, segundo o qual “as obras de arte não são feitas para dar que fazer aos críticos, mas, sim, para edificação e deleite de almas delicadas”, e que “devemos lembrar-nos de que uma bela página em verso ou prosa vale pelo que é e não pelo trabalho que custou a escrever, sendo por isso indiferente ao leitor que ela tenha sido escrita em dez minutos ou em dez semanas” (pp. 121-122). A citação de Castro, devidamente contextualizada, leva o debate de interpretação textual a uma escolha entre a recepção da obra enquanto objeto acabado, que responde à vontade manifesta do autor, e entre a obra enquanto *work in progress*, quando esta for inacabada. Para Fagundes Duarte, o fato de o autor ter conservado manuscritos inacabados pode supor uma vontade não “recusada explicitamente e em absoluto” (p. 123), motivo pelo qual uma edição crítico-genética desse nível terminal da obra é justificada sempre que for feita contando os cortes transversais no processo de composição do texto, tendo como ponto terminal o abandono do texto pelo autor e sem excluir as camadas de decisões que culminam nesse ponto.

Assim, perante a intervenção no texto, “o que será a vontade do autor no complexo de manuscritos genéticos de uma obra não terminada? E como proceder para editar essa obra? Por outras palavras, num processo genético não encerrado, onde é que está o seu autor: no todo de que dispomos? Numa das partes desse todo?” (p. 131). Perante esses questionamentos, o autor afirma que, para além da opção editorial que se escolha, é preciso ter presente que a própria existência do manuscrito manifesta se não a vontade final do autor, sim a sua presença, mesmo que oculta. O editor, segundo Fagundes Duarte, por muito acertadas ou não que sejam as suas escolhas, deve ser consciente de que o texto que apresenta ao leitor não é o texto final do autor, “do mesmo modo que o seu leitor (o leitor da edição

genética) já não é bem o leitor do autor” (p. 131). Entende-se, neste ponto, no que diz respeito às intervenções e decisões do editor.

Considera-se *Do Caos Redivivo, Ensaio de Crítica Textual sobre Fernando Pessoa* um contributo importante para os estudos pessoanos e ecdóticos ao apresentar diversas leituras: pode ser lido como um manual de edição por investigadores interessados em mergulhar nos manuscritos autógrafos; pode ser lido como um documento histórico de um momento da edição do espólio de Fernando Pessoa em que o autor dá testemunho dos problemas e soluções materiais e teóricos encontradas ao longo do seu trabalho, em colaboração com a equipa da Edição Crítica de Fernando Pessoa para a Imprensa Nacional, dirigida por Ivo Castro; pode ser lido igualmente pelos debates teóricos que suscita a edição de obras inacabadas, no que se remete à autoria e à possível vontade do autor. Essa leitura, entre outras, ecoa com *La mediación editorial* (2013), do também crítico e editor Jerónimo Pizarro.

Por se tratar de um livro que reúne artigos publicados durante trinta anos, a obra contém certa recorrência em alguns tópicos, que, ainda que não dificultem a leitura, podem resultar repetitivos, como por exemplo os textos “Pessoa desassossegado” (p. 51) e “Uma orquestra sem maestro” (p. 187). No epílogo, talvez, teria sido interessante dedicar uns parágrafos que resumissem os pontos tratados nos diferentes textos e que oferecessem uma visão de conjunto ao leitor. Uma vez que a edição, a investigação e a publicação de e sobre Pessoa são tão abundantes, fatores que dificultam o seguimento de atualidade pessoana, poderá haver quem não concorde com alguns dos pontos tratados, por exemplo, no que concerne ao estado atual da edição pessoana (p. 187). Em contrapartida, para terminar, remarca-se a visão de Fagundes Duarte, ao falar em 2004 das edições do *Livro do Desassossego*, que, não anunciando o futuro, previu certa tendência da edição crítica de manuscritos:

É por isso que eu acho que a melhor edição seria aquela que possibilitasse ao leitor a arrumação dos textos ao seu jeito e ao seu gosto, como num quebra-cabeças: é que, apesar de diferenciado, um editor, mesmo um editor crítico, é, essencialmente, um leitor. Tal edição poderia ser assim: uma caixa (em suporte papel ou digital) contendo as transcrições dos papéis soltos, preservando a individualidade ‘papel’ bem como os conjuntos definidos pelo autor. Tudo o resto, em meu entender, serão ficções filológicas.
(p. 188)

DIEGO GIMÉNEZ, Doutor em literatura e pensamento pela Universidade de Barcelona, com uma tese sobre o *Livro do Desassossego*, é também Mestre em Estudos Literários e Licenciado em Filosofia pela mesma universidade. Trabalhou na redação de *LaVanguardia.com* e co-fundou em 2008 *Revista de Letras*. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e pesquisador no projeto financiado pela FCT “Nenhum problema tem solução: um arquivo digital do *Livro do Desassossego*” da Universidade de Coimbra. Foi pesquisador de pós-doutoramento na Universidade Estadual de Londrina onde continuou os estudos sobre Fernando Pessoa e onde lecionou as disciplinas Teoria do Poema e Teoria da Narrativa. Atualmente é pesquisador de pós-doutoramento no Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra com uma bolsa da FCT.

DIEGO GIMÉNEZ holds a PhD in Philosophy and Literature by the University of Barcelona, with a thesis on the *Book of Disquiet* by Fernando Pessoa. He also holds a Master’s degree on Literary Studies and a Bachelor degree on Philosophy from the same institution. He worked as a journalist in *LaVanguardia.com*, and, in 2008, he cofounded *Revista de Letras*. As researcher at the Calouste Gulbenkian Foundation and at the Center for Portuguese Literature at the University of Coimbra, he worked on the *Book of Disquiet Digital Archive*. He was a post-doctoral fellow at the Universidade Estadual de Londrina (Brazil), where he continued to study Fernando Pessoa and taught Theory of the Poem and Theory of Narrative. Currently he is a post-doctoral fellow FCT-POCH at the Centro de Literatura Portuguesa of the University of Coimbra (Portugal).